



Melehn
4

Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais
Município de Tomar

ACTA Nº 4

No dia vinte e um de Abril de dois mil e vinte e dois pelas vinte e uma horas no edifício sito na Rua Alexandre Herculano nº 20, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão ordinária com a ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória, que se transcreve:

- 1- Analise, Discussão e Votação das Atas das últimas duas sessões, ordinária e extraordinária.
- 2- Análise, Discussão e Votação da Prestação de Contas relativa ao ano de 2021.
- 3- Analise, Discussão e Votação do Inventário.
- 4- Analise, Discussão e Votação da 1.ª Alteração orçamental modificativa – 2022.
- 5- Análise, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal.
- 6- Análise Discussão e Votação do Contrato interadministrativo, no âmbito da sua execução.
- 7- Analise, Discussão e Votação da Proposta para a alteração do Regimento.
- 8- Apreciação e Discussão da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia.
- 9- Outros assuntos de interesse para a freguesia.

Presidiu à sessão a Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelo 1º Secretário António Francisco Tavares Martins, ambos do PS.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes todos os membros da assembleia de freguesia com excepção de Ana Maria dos Pereiros Marmelo da Silva e de Sílvia Catarina Henriques de Sousa, eleitos pelo PS, as quais foram substituídas, por Daniel José da Conceição Oliveira e João Miguel Marques Jesuíno, após tomarem posse. Também se encontravam presentes todos os membros da Junta de Freguesia, com a excepção da vogal Joana Nunes e ainda diversos elementos no lugar destinado ao público, tendo a folha de presenças sido assinada pelos membros da Mesa já referidos e também pelos demais Membros da Assembleia, a saber:

Pelo Partido CHEGA – António Jorge Ferreira Lopes.

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação “Tomar Queremos Responder” – Teresa Maria Ribeiro da Fonseca Ramos.



PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, Joaquim Dias Palricas, Cristina Alexandre Duarte Brito Alves, Maria do Céu Lopes Rodrigues Ferreira e António Joaquim Lopes Ferreirinha.

PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, Ricardo António Ribeiro Simões, Daniel José da Conceição Oliveira e João Miguel Marques Jesuíno.

A Presidente da Mesa da Assembleia abriu a sessão e de imediato perguntou se haveria algum elemento do público interessado em se inscrever para intervir no período de Intervenção do Público, ninguém se tendo manifestado, pelo que se passou ao **Período Antes da Ordem do Dia**:

Pela Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Presidente de Junta de Freguesia para se pronunciar sobre o Congresso da Anafre.

O Presidente da Junta no uso da palavra começou por se referir à Moção dizendo que estando em causa o bem-estar das populações já oportunamente tinha feito diligências pessoais designadamente na Rua do Sobreiro em Casas d'Além e noutros locais onde se deslocou acompanhado de um engenheiro da TejoAmbiente encontrando-se aí presentes o sr. Ferreirinha e um outro vizinho, professor. Na altura o referido engenheiro referiu ser impossível estender o saneamento às 3 ou 4 casas em questão, uma vez que tal só seria viável com um sistema de bombagem.

Concluiu ainda que a Moção é política por pressupor a inércia da junta e da Câmara no assunto, o que não corresponde à verdade uma vez que ambas as entidades se empenharam na resolução do problema.

Nesta altura interveio Joaquim Palricas (PSD) solicitando um ponto de ordem à Mesa porque em seu entender com esta intervenção, o Presidente da Junta estaria a tentar coagir a assembleia, no sentido de chumbar a moção, sendo que a mesma ainda nem sequer tinha sido apresentada e discutida pela Assembleia.

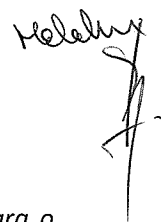
De seguida foi pedida a palavra por Alexandre Horta (PSD) para declarar que a Moção é a favor da população e não contra a Junta, que não há interesse em personalizar esta questão e que seria importante a moção ser aprovada por unanimidade, acrescentando que há obras caras, não obras impossíveis.

Pedi então a palavra Rui Bugalhão (PS) e no uso dela declarou que sem prejuízo de ser do interesse desta autarquia, a assembleia de freguesia não é o órgão adequado para fazer pressão no sentido de que as coisas possam avançar. Acrescentou ainda que este assunto já foi debatido no mandato anterior e que a Junta tem feito tudo o que está ao seu alcance para que a situação seja resolvida, tendo já sido explicitadas nessa altura as dificuldades técnicas da obra e as possíveis alternativas.

Pedi ainda a palavra Alexandre Horta (PSD) para referir que o documento visa dar força e legitimidade ao Presidente da Junta com o objectivo de conseguir resolver o problema.

Passou-se então à votação, tendo a “MOÇÃO - Subsistema de Esgotos de Valdonas”, apresentada pelo membro do PSD Alexandre Horta, tendo sido aprovada por 7 a favor (5 do PSD 1 do CDS e 1 do Chega) e 6 votos contra (do PS). Pelo eleito do Chega foi apresentada a seguinte declaração de voto:

Sabemos a importância do saneamento básico na vida da comunidade humana. A Assembleia das Nações Unidas reconheceu que “o saneamento básico é um direito humano essencial.”



A falta de saneamento básico, junto com fatores socioeconómicos e culturais é determinante para o surgimento de doenças, podendo tornar-se um problema de saúde pública e ambiental.

Assim, considerando que a Moção apresentada pelo Partido Social Democrático faz todo o sentido para os interesses dos fregueses de Tomar. Reiteramos a importância do executivo da união de freguesias de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais de insistir junto do município assim como da Tejo Ambiente sobre o tema.

O Deputado eleito pelo Partido Chega tomou a decisão de votar a favor na Moção- Sistema de Esgotos em Valdonas.

Ainda no PAOD usou da palavra, António Jorge Lopes (Chega) para questionar o Presidente da Junta sobre o estado do saneamento na zona Histórica, designadamente junto ao Cine-Teatro Paraíso.

Em resposta o Presidente da Junta informou que há uma parte da cidade nessa zona ainda por intervencionar, havendo recorrentemente maus cheiros por exemplo na confluência das Ruas Pedro Dias e Aurora Macedo.

Alexandre Horta (PSD) interveio para questionar qual a sequência dada à Moção aprovada na sessão anterior (Barragem do Carril).

Em resposta o Presidente da Junta informou que o documento fora enviado às entidades aí designadas; que a câmara municipal respondeu que o assunto está a ser tratado pelas entidades competentes designadamente o Ministério do Ambiente/Agência Portuguesa do Ambiente. Que foram feitos trabalhos, tendo a barragem sido quase esvaziada; Que a APA distribuiu um inquérito destinado à identificação das condutas a necessitar de reparação na sua área de intervenção e que dadas as dificuldades em definir os interlocutores em representação dos regantes, a Hidráulica assumira os trabalhos.

Na sequência Alexandre Horta (PSD) requereu que se insistisse na resolução do assunto.

O Presidente da Junta usou então da palavra para dar informações sobre a sua participação no Congresso da ANAFRE de 11, 12 e 13 de Março, onde apresentou 3 moções designadamente sobre a taxa de IVA aplicável às freguesias e sobre a aquisição directa de combustíveis, esclarecendo que essas moções foram fundidas com outras apresentadas sobre os mesmos temas. Acrescentou ainda que fora aprovado um ponto importante respeitante ao financiamento directo às freguesias com fundos europeus, que deverá ser consagrado no próximo orçamento geral do Estado.

Por último pediu a palavra Joaquim Palricas (PSD) e no uso dela lamentou que este órgão (AF) não tivesse tido prévio conhecimento da participação da freguesia no Congresso, questionando o motivo de não ter sido informado uma vez que poderia ter dado contributos.

Na sequência a Presidente da Mesa da Assembleia interveio para pontualizar que, sem prejuízo do conhecimento que o Presidente tem necessariamente sobre os diversos assuntos levados ao Congresso, poderão sempre ser realizadas sessões temáticas nesta assembleia sobre assuntos específicos.

Em seguida passou-se ao Período da **Ordem do dia:**



1- Análise, Discussão e Votação das Atas das últimas duas sessões, ordinária e extraordinária.

Questionada a assembleia sobre eventuais observações, rectificações ou emendas tendo em conta as minutas distribuídas com a convocatória, pronunciou-se Joaquim Palricas (PSD) sugerindo a uniformização de tratamento a todos os elementos da assembleia, suprimindo por exemplo a referência a “sr”, “sra” e que a identificação dos intervenientes seja acompanhada com a indicação da respectiva bancada, recomendação que foi de imediato aceite por unanimidade.

Submetidas então a votação foram as actas aprovadas por unanimidade dos participantes.

2- Análise, Discussão e Votação da Prestação de Contas relativa ao ano de 2021.

Foi inicialmente dada a palavra ao Tesoureiro José Maria Henriques Marques que no uso dela salientou o facto de 2021 ter sido um ano atípico por causa do COVID, que dificultou o cumprimento de algumas actividades. Prosseguiu dizendo que o facto de estarmos no regime simplificado obriga a enviar quinhentos e oitenta e tal documentos para o Tribunal de Contas.

Sintetizando disse que o saldo final de 2020 fora de 45.142,57€ e que o saldo final de 2021 foi de 18.332,09 euros.

Interveio em seguida Alexandre Horta (PSD) manifestando estranheza pelo facto de o saldo da gerência anterior ter transitado para despesas correntes e ter vindo a ser gasto como despesa de capital, tendo a junta além disso ido buscar mais vinte e tal mil euros às despesas correntes. Manifestou também interesse em ser informado sobre quais as obras mais relevantes em que tinham sido aplicadas as despesas referenciadas na página 18 do documento bem como o motivo pelo qual na Tesouraria a verba dos CTT passou a zero.

Em resposta o Tesoureiro esclareceu que as obras mais relevantes foram viadutos, arruamentos e obras complementares e que as demais despesas se referem a reparação de viaturas e a sinalização viária. Disse ainda que antes iam buscar dinheiro para o balcão dos CTT à Caixa Geral de Depósitos e que entretanto deixaram de o fazer, porque esse abastecimento passou a ser feito directamente pelo banco dos CTT. Esclareceu ainda quando inquirido especificamente sobre o assunto que esses valores são movimentados pelas funcionárias da Junta e que existe um seguro que cobre os riscos inerentes.

Por último interveio Joaquim Palricas (PSD) dizendo que esta situação é melindrosa em caso de roubo e que a eventualidade de tal ocorrência deveria ter sido prevista.

Submetido o documento a votação foi o mesmo aprovado com 7 votos a favor (6 PS+1CDS) e 6 abstenções (5 PSD+1CHEGA).

3- Análise, Discussão e Votação do Inventário.

Também sobre este ponto foi inicialmente dada a palavra ao Tesoureiro que referiu novamente estarmos no regime simplificado e que o documento distribuído para discussão é um inventário sintético, que não menciona qualquer tipo de valor, ao passo que aquele que é enviado ao Tribunal de Contas tem oitenta e tal páginas e contem a especificação de todos os valores, esclarecendo que o fornecedor do programa informático exigia mil e duzentos euros para fazer constar os valores, custo que foi considerado elevado e como tal não foi adquirido o correspondente serviço.

Alexandre Horta (PSD) interveio então dizendo que valia a pena ter pago esses mil e duzentos euros para esta assembleia ficar esclarecida.

Nesta altura o Presidente da Junta interveio dizendo que no passado a bancada do PSD já tomara posição no sentido de ser dispensável a apresentação de um documento numa versão tão volumosa para análise da assembleia.

Alexandre Horta (PSD) questionou ainda o facto de a coluna de aquisições estar a zero e se isso significa não ter havido aquisições no ano de 2021, facto de imediato esclarecido pelo Tesoureiro que disse ter havido algumas aquisições designadamente de artigos relacionados com as limpezas de bermas e valetas.

Seguidamente interveio Rui Bugalhão (PS) defendendo a opção pela poupança do custo de 1.200 euros em causa uma vez que os valores de muitos dos elementos que compõem o inventário são aleatórios.

Joaquim Palricas (PSD) dirigiu-se à Mesa declarando requerer um ponto de ordem no sentido de o Presidente da Junta só poder intervir quando lhe é concedida a palavra e refutando a afirmação de o PSD se ter manifestado no passado contra a apresentação do inventário em documento volumoso.

Submetido então o documento a votação foi o mesmo aprovado com 7 a favor (6 PS+1 CDS) e 6 votos contra (5PSD+1CHEGA), tendo o PSD apresentado a seguinte declaração de voto:

Da leitura do documento facultado, verificámos que o mesmo não é mais que um resumo, sem a necessário pormenor que permitiria uma análise esclarecedora do que consta do inventário da Freguesia.

Há ainda a acrescentar a inexistência de uma resposta cabal à questão colocada pela bancada do PSD, sobre código 43.4.2.9 OUTROS onde constava uma verba de “Património Inicial” no valor de 43169,25€ e no “Património Final” passou a estar 58169,25€. Não foi possível obter uma explicação relativa à diferença de 15000€ por parte do Sr. Tesoureiro.

Por último, quando questionado se a Junta de Freguesia não tinha adquirido qualquer bem ao longo do ano de 2021, o Sr. Tesoureiro afirmou que sim, tinham havido aquisições de bens, supostamente a incluir no inventário.

A realidade é que na coluna “Aquisições” o “Total Geral ou a transportar” tem o valor de zero, indiciando que o documento apresentado na sessão não estará corretamente elaborado, desvalorizando assim, o valor do “Património Final” do mapa dos bens inventariados.

Por tudo o acima explanado, se justifica o voto contra da bancada do PSD.

4- Análise, Discussão e Votação da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa – 2022.

O Tesoureiro começou por esclarecer que pelo facto de estarmos em regime de duodécimos decorrente da não aprovação do OGE/2022 se optou por fazer esta alteração respeitante à afectação do saldo de gerência por forma a não afectar o cash-flow.

Alexandre Horta questionou então quando estaria concluído o concurso para aquisição do tractor, obtendo de imediato o esclarecimento por parte do Tesoureiro de que a aquisição deverá ser decidida por volta da 1ª semana de Maio sendo depois enviado o processo ao Tribunal de Contas relegando a aquisição efectiva para fins de Maio.

Alexandre Horta (PSD) considerou em seguida que iniciando-se o pagamento do leasing em Junho com um custo mensal de cerca de 1.300 euros a verba orçamentada não chegaria até ao fim do ano, ao que o Tesoureiro retorquiu que no dia em que quisermos fazer a compra a rubrica estará cabimentada, esclarecendo que esta modificação foi feita em 21 de Fevereiro estando por isso desactualizada na presente data.

Rui Bugalhão (PS) interveio então afirmando que é este o documento e os dados que dele constam que temos de apreciar e aprovar e não outro documento reportado a momento futuro.

Interveio ainda Joaquim Palricas (PSD) para dizer: fique claro e em acta que o executivo nos apresentou números diversos daqueles que constam do documento.

Submetido o documento a votação foi o mesmo aprovado com 7 votos a favor (6 PS+1 CDS) e 6 abstenções (5PSD+1Chega), com a seguinte declaração de voto do PSD:

A Junta de Freguesia tem o imperativo legal de *“elaborar e submeter à aprovação da assembleia de freguesia as opções do plano e a proposta do orçamento, assim como as respetivas revisões”* (art.º 16º, a), do anexo à Lei 75/2013 de 12/9). Estes documentos previsionais assumem especial relevância, pois é expectável que traduzam o planeamento e a programação de atividades com objetivos bem definidos, tornando possível daí extrair as prioridades de atuação da junta face aos recursos financeiros disponíveis.

Em devido tempo, foram estes documentos aprovados em *Assembleia de Freguesia* com o *“voto contra”* do *Grupo do PSD*, pois, de entre outras razões, conforme declaração de voto ora apresentada, *“verificase uma total falta de concordância entre o Plano de Atividades e o Plano Plurianual de Investimento (PPI), contrariando totalmente a frase apresentada “O Plano Plurianual de Investimentos das autarquias locais apresenta a informação para cada projeto e ação a realizar por investimentos”. De facto, no PPI o executivo não identifica de forma objetiva e coerente as opções do Plano de Atividades com a respetiva dotação financeira provisional”*.

A *1ª Alteração orçamental modificativa*, para integração do *saldo da execução orçamental de 2021*, submetida a esta assembleia, continua a *padecer dos mesmos males* então observados, desde logo porque mais de metade do valor é aplicado em *“despesas correntes”* e a verba destinada a *aquisição de viatura/máquina* não contempla o valor necessário e suficiente para as necessidades. Esta particularidade foi assumida pelo Tesoureiro quando questionado sobre o assunto, informando mesmo que esta verba já estaria, nesta altura, reforçada!

Assumindo a vulnerabilidade de qualquer previsão, mas sabendo também que a *Despesa/Receita Corrente* assume um carácter regular de muito mais fácil controlo, ao contrário da *Despesa/Receita de*

Capital que, alterando o património da entidade, depende em muito de terceiros e de outras imponderabilidades, **consideramos que este saldo deveria ser incorporado em receitas de capital** pelas razões aduzidas.

Deste modo, considera o *Grupo do PSD* que, não estando salvaguardado o “Princípio da transparência”, conforme *art.º 7º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro*, o sentido de voto é o de **abstenção**, apenas porque é uma obrigação decorrente da lei a incorporação do saldo orçamental anterior no orçamento anual da freguesia, conforme o *art.º 9º da acima citada lei 75/2013*.

5-Análise, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal.

Inicialmente a Presidente de Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta que no uso dela disse que no documento está considerada a abertura de dois lugares a termo certo. Para isso é necessário passar dois dos actuais lugares a termo incerto e tudo com o objectivo de existir quadro suficiente para evitar o recurso a pessoal do Fundo de Desemprego e de outras origens.

Em seguida interveio Joaquim Palricas (PSD) afirmando que o PSD não é contra a contratação de pessoal, é por um quadro capaz de responder às necessidades da freguesia. Há 4 meses o Tesoureiro invocou dificuldades financeiras como obstáculo à contratação e não parece ter havido entretanto significativa alteração financeira, concluindo-se que a gestão está a ser feita à vista.

A agregação das freguesias visava otimizar os recursos. S. João tinha 3 funcionárias, Santa Maria tinha duas e agora pretende-se acrescer o quadro de funcionários administrativos. Há pouco tempo despediu-se uma animadora que estava a recibo verde e agora pretende-se contratar outra, o que requer explicação.

Interveio então novamente o Presidente da Junta para esclarecer que desde há 3 anos estamos com uma funcionária a menos mas pagando os respectivos encargos. Actualmente há 6 funcionárias administrativas mas terá que ser contratada outra quando a acima referida se for embora. Deu ainda outras explicações sobre a gestão do pessoal.

Nesta altura a Presidente da Mesa solicitou ao Presidente da Junta explicação para o facto de o quadro prever um total de 19 lugares, 14 dos quais estão ocupados e apenas se prever a contratação de 4, tendo este respondido que não será feita a contratação simultânea de todos os funcionários previstos no quadro, mas sim de apenas 4 no imediato.

Perante isto conclui-se que no documento anexo onde consta “10” deve passar a constar “9”.

Proseguiu ainda o Presidente da Junta com a explicação de que a técnica de animação esteve cá 4 anos. Foi-lhe dito que a passagem dela para contrato de termo incerto estava a ser estudada mas que não se condicionasse por esse facto. Em data posterior ela veio comunicar que lhe surgira outra oportunidade e que já tinha decidido ir-se embora.

Submetido o documento a votação foi o mesmo aprovado 12 votos a favor (6PS+5PSD+1CDS) e uma abstenção do partido Chega, tendo o PSD apresentado a seguinte declaração de voto:

Da leitura e análise dos documentos facultados temos que se pretende, de forma significativa, aumentar o mapa de pessoal. A falta de pessoal sempre foi preocupação do grupo do PSD, de forma notória quanto a mão de obra para serviços externos, por se considerar que a freguesia carece de uma maior e mais cuidada atenção, sendo que, ao nível administrativo não temos elementos que nos permitam aferir tal necessidade, tanto mais que a fusão das Juntas de Freguesia citadinas procurou, precisamente, a maximização dos recursos administrativos, desconhecendo-se novos procedimentos que justifiquem, neste âmbito, novas contratações. Sucede, porém, atendendo ao teor da acta nº2, datada de 20DEZ2021 que dificilmente a UFSJSM terá, para tanta capacidade financeira pois, em tal momento, declarou que *“seria desejável a contratação de mais pessoal, mas que tal se tornava impossível pelas ditas razões financeiras”*. Ora, atendendo a que se desconhece alteração da situação financeira existente em finais de 2021, não se compreende como, decorridos apenas três meses, se pretendem novas contratações. Estas novas contratações resultam da situação de incapacidade ou aposentação de algum dos funcionários? Nada se esclarece. Somos, assim, conduzidos ao entendimento de que a gestão da UFSJSM se mostra uma gestão de mera navegação à vista, sem capacidade de promover uma eficiência na gestão financeira, o que apenas conduz à não otimização de todas as possibilidades e recursos existentes, adiando, sistematicamente, a classificação da cidade de

Tomar como uma cidade com elevado índice de qualidade de vida e não como aquela das mais pobres da região.

Apesar das diversas considerações, não vamos bloquear este documento, o nosso voto é favorável.

6-Análise Discussão e Votação do Contrato Interadministrativo, no âmbito da sua execução.

Sobre este ponto começou por intervir Joaquim Palricas (PSD) salientando que de acordo com a Lei a Junta deveria ter obtido prévia autorização da assembleia para outorgar este contrato em vez de o apresentar agora já depois de ter sido assinado.

Seguiu-se uma troca de pontos de vista sobre esta questão jurídica, designadamente com a intervenção de António Tavares Martins (PS) e Cristina Brito Alves (PSD) concluindo-se que nestas circunstâncias e perante a necessidade de validação do acto pela assembleia esta teria de ser feita a posteriori ou seja mediante ratificação, pelo que por deliberação unânime foi alterada a designação deste ponto para *“Ratificação do contrato administrativo, no âmbito da sua execução”*.

A solicitação de Alexandre Horta (PSD) o Presidente da Junta prestou esclarecimentos sobre diversas questões atinentes às ruas intervencionadas no âmbito do referido contrato, respeitando a situações de

duplicação de números de polícia, limites das áreas de intervenção, asfaltamento, drenagem e questões semelhantes.

Assim, após ter sido alterado o ponto para Ratificação do Contrato Interadministrativo, foi o mesmo submetido a votação e aprovada a ratificação por unanimidade, com a seguinte declaração de voto apresentada pelo PSD:

Da leitura e análise do documento facultado, a primeira questão que suscitou a atenção da bancada do PSD foi o facto do texto relativo a este ponto da ordem de trabalhos (OT), que menciona “Análise e Discussão e Votação do Contrato Interadministrativo, no âmbito da sua execução”, não estar conforme. Por conseguinte, a cópia do referido contrato, que foi distribuída à Assembleia, para surpresa nossa, já vinha assinado pelo Sr. Presidente de Junta e pela Sra. Presidente de Câmara, sem que para o efeito do Sr. Presidente de Junta tenha obtido a devida autorização por parte deste órgão deliberativo.

Apesar da situação lamentável concordámos, tal os restantes vogais, em modificar o texto da OT para “Ratificação do Contrato...”.

Relativamente às intervenções preconizadas pelo executivo para os diversos arruamentos e após visitas ao terreno, o Grupo do PSD na assembleia de freguesia da UFSJBMO tirou algumas conclusões, levanta algumas dúvidas e propõe algumas alterações:

Rua Ramos Horta

Asfalto completamente degradado a necessitar de intervenção. O asfalto existente vai ser alvo de rebaixamento?

Rua Miracastelo

*Piso de terra batida, intervenção justificada.
Existente um problema com os números de polícia nesta rua.*

Rua do Cabeço

Asfalto degradado a necessitar de intervenção. O novo asfaltamento vai até ao limite do atualmente existente ou vai até à última casa (troço de terra batida)?

Rua da Paz

Asfalto degradado a necessitar de intervenção. O asfalto “encosta” ao muro confinante ou no futuro prevê construção de valeta?

Rua António da Cruz

Asfalto completamente degradado a necessitar de intervenção. Esta rua deteriora-se constantemente pela presença/passagem de águas subterrâneas, está previsto algum sistema de drenagem? Qual é a extensão a intervir?

Rua do Pinheirinho

As valetas são em ambos os lados da via? É o seguimento da intervenção já a decorrer num troço desta rua?

Estrada Antiga - Alto do Piolhinho

Piso de terra batida, intervenção justificada (asfalto e valetas). Nesta obra está previsto o asfaltamento da travessa com o mesmo nome?

Travessa José Júlio da Silva

Piso de terra batida. Quantos moradores ou atividades económicas serve?

Rua Caminho da Água das Maias

A 1ª fase em que consiste? Quais os trabalhos previstos? O orçamento falado, de cerca de 200000€, parece manifestamente pouco.

Nessa visita chamou-nos ainda a atenção o péssimo estado de uma via que diariamente é percorrida por muitos cidadãos da zona de Casal dos Frades. É o caso da Rua das Rosas, que liga a Rua de Vincennes à EN 110, junto do Café Carvalho. Está prevista alguma intervenção para este arruamento?

O Sr. Presidente de Junta passou alguma informação que nos pareceu esclarecedora e outra da qual mantemos algumas dúvidas, nomeadamente no que se refere às verbas previstas para a Rua Caminho da Água das Maias.

Apesar das diversas questões que levantámos, sendo este um processo de ratificação (já assinado) que vai melhorar as condições de vida de muitos fregueses, o nosso é favorável

7-Analise, Discussão e Votação da Proposta para a alteração do Regimento.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao 1º secretário António Tavares Martins (PS) na qualidade de coordenador da Comissão respectiva, o qual expôs em síntese as alterações mais relevantes que foram introduzidas na proposta apresentada, informando que o texto distribuído resultou da posição consensual de todos os membros da Comissão. Tais pontos são os que respeitam ao procedimento de eleição da mesa, à introdução de grelha de tempos e obrigatoriedade de elaboração e aprovação de acta em minuta no final de cada sessão. Para além destes pontos foram ainda rectificadas remissões que estavam feitas erradamente, contradições relativas a prazos e feitas outras correcções semelhantes.

Em seguida usou da palavra Cristina Brito Alves (PSD) informando que na análise do documento a que se procedera no interior do seu grupo político preparatória desta sessão haviam sido detectados pontos relativamente aos quais consideravam a necessidade de reponderação, designadamente em relação ao artigo 34º do Regimento e ao tempo excessivo atribuído à Junta de Freguesia comparativamente com o atribuído aos partidos.

O Coordenador da Comissão explicou que como autor da proposta aí aprovada com as alterações consensualizadas em reunião da mesma, por razões de ordem prática sugerira uma grelha de tempos correspondente a uma sessão normal com a duração de cerca de 4 horas, considerando 1 hora de Intervenção do público (máximo já consagrado no Regimento actual) mais 1 hora de PAOD (fixada na Lei) mais duas horas aproximadamente para a Ordem do Dia, sendo que na dita reunião fora aceite ampliar

em 50% o período da Ordem do dia na 1ª e última sessão de cada ano – apreciação das contas e aprovação do orçamento.

Alexandre Horta (PSD) considerou que a atribuição global dos tempos por sessão a cada partido sem a especificação do tempo atribuído a cada um dos pontos da ordem de trabalhos lhe parecia ilegal e que se se essa matéria não fosse alterada o seu grupo colocaria a questão à DGAL com fundamento na limitação abusiva dos tempos de intervenção e violação da democraticidade de funcionamento do órgão.

António Martins (PS) interpelado pela Presidente da Mesa sobre estas objecções pronunciou-se no sentido de que apesar delas a assembleia é soberana quanto à aprovação do seu próprio Regimento desde que respeitando a Lei; e que, assim, em seu entender a proposta com o texto previamente consensualizado do Novo Regimento podia ser votada, entrando em vigor em caso de aprovação sem prejuízo de futuras alterações que pudessem resultar da impugnação da legalidade de alguma das suas normas ou de revisão ditada pela sua aplicação prática.

Em reacção Alexandre Horta (PSD) interpretou esta posição como uma tentativa de o Coordenador querer forçar a votação imediata e assim fazer prevalecer uma posição pessoal em pontos relativamente aos quais os outros membros da Comissão teriam sido induzidos em erro, o que levou Rui Bugalhão (PS) a questionar se algum dos outros elementos da Comissão fora coagido à solução proposta.

Nessa altura tanto o elemento do CDS (Teresa Ramos) como o do Chega (António Lopes) na Comissão disseram não se ter apercebido de que os tempos propostos nas grelhas eram tempos globais e não por cada ponto da ordem de trabalhos pois caso contrário teriam discordado.

Em face destas divergências foi decidido adiar a votação do documento, que vai ser sujeito a reanálise por parte da Comissão.

8- Apreciação e Discussão da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia.

Interveio Joaquim Palricas (PSD) questionando o Presidente da Junta a respeito da reunião na CIMT mencionada e a que conclusões se chegara nomeadamente quanto à adesão à central de compras. Relativamente aos cabazes de natal questionou como é que havendo tantas entidades no terreno ainda estão aqui 100 pessoas a pedir cabazes de natal. Sugeriu mesmo que se deveria refletir sobre se aquilo que se anda a fazer é o devido e adequado para resolver os problemas reais das pessoas.

Dada a palavra ao Presidente da Junta, este salientou as vantagens da adesão à central de compras e informou que passámos a pertencer ao núcleo da CIMT para poder obter benefícios no futuro com menos burocracia.

De seguida pediu a palavra Rui Bugalhão (PS) para declarar que enaltecia o trabalho da Junta no que diz respeito aos cabazes de natal, pois tendo estado no executivo anterior apercebeu-se das dificuldades reais que existem na nossa sociedade.

Ainda sobre este assunto interveio Teresa Ramos (CDS) dizendo que neste momento há duas instituições em Tomar com a função de distribuição de géneros alimentares e que no natal há famílias que recebem 4 e 5 cabazes de géneros alimentares, não se justificando em seu entender que a Junta continue também a fazê-lo.


9- Outros assuntos de interesse para a freguesia.

Sobre este ponto interveio inicialmente Joaquim Palricas (PSD) referindo-se à necessidade de uma alteração de trânsito em Marmelais de Cima por forma a fazer-se de sul para Norte e criando-se como que uma rotunda na rua do cemitério.

O Presidente da Junta interveio ainda para falar sobre o passeio em construção em S. Lourenço, dizendo sentir orgulho por ter oportunamente convencido o sr. Arquitecto Costa Rosa a ceder a faixa de terreno necessária para o efeito na zona de confrontação com o seu prédio, cedência que o filho cumpriu em respeito pela vontade do pai.

E nada mais havendo a tratar, deu-se a sessão cerca das zero horas e trinta, da qual para constar se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,



O 1º secretário de Mesa da Assembleia de Freguesia,

